

cação no *Diário da República*, de acordo com as orientações do membro do Governo responsável pelo procedimento legislativo;

b) Assegurar a coordenação necessária com os serviços da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., com vista ao exercício das suas competências;

c) Assegurar o arquivamento dos originais de diplomas legislativos e regulamentares do Governo que sejam enviados para publicação no *Diário da República*;

d) Instruir os pedidos de publicação de actos em suplemento às 1.ª e 2.ª séries do *Diário da República*;

e) Instruir os processos relativos a questões suscitadas a propósito da publicação de diplomas nas duas séries do *Diário da República*;

f) Instruir os processos de pedidos de rectificações aos diplomas enviados para publicação no *Diário da República*.

3 — Designar como chefe da equipa multidisciplinar diplomas o licenciado José Manuel Ferreira Bento de Almeida, técnico superior de 1.ª classe, pelo prazo de um ano, renovável, com estatuto remuneratório equiparado a director de serviços.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

9 de Agosto de 2007. — A Directora, *Susana Brito*.

#### Despacho n.º 18 166/2007

O Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, em vigor desde 1 de Junho de 2007, comete ao Centro Jurídico (CEJUR), serviço integrado na Presidência do Conselho de Ministros, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 2.º, a atribuição de gerir o DIGESTO — Sistema Integrado de Tratamento da Informação Jurídica e a difusão de informação legislativa e jurídica de base e administrar a PCMLEX, garantindo a existência de um serviço de tratamento de informação legislativa. Por sua vez, o despacho normativo n.º 18 727-A/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 14 de Setembro de 2006, determina que compete ao CEJUR, em cooperação com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., zelar pela aplicação daquele despacho, o que inclui, designadamente, assegurar o bom funcionamento das bases de dados integradas no DIGESTO — Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica.

Para tal, promoveu-se a reafecção ao CEJUR do pessoal do quadro da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, designadamente daquele que, até ao início de vigência das respectivas leis orgânicas, desempenhava funções na unidade funcional DIGESTO PCMLEX, criada pelo despacho n.º 19 780/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Outubro de 2003.

Considerando a estrutura matricial do CEJUR, estabelecida pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, assim como as competências previstas no artigo 4.º, n.º 1, alíneas j), l) e m) do mesmo diploma, determino, ao abrigo dos n.ºs 2 e 6 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, o seguinte:

1 — Constituir a equipa multidisciplinar DIGESTO PCMLEX.

2 — Delegar na chefe da equipa multidisciplinar DIGESTO PCMLEX as seguintes competências no que respeita ao DIGESTO — Sistema Integrado de Tratamento da Informação Jurídica e à administração da PCMLEX:

a) Gerir o DIGESTO — Sistema Integrado de Tratamento da Informação Jurídica de acordo com as orientações superiormente estabelecidas e em coordenação com o respectivo conselho técnico consultivo;

b) Promover as conexões do DIGESTO — Sistema Integrado de Tratamento da Informação Jurídica com outras bases de dados de informação jurídica;

c) Coordenar a produção de informação jurídica pela PCMLEX, assegurando, nomeadamente, o tratamento e inscrição da 1.ª e 2.ª séries do *Diário da República*, de todos os actos normativos da República e de todos os actos normativos ainda em vigor.

3 — Designar como chefe da equipa multidisciplinar DIGESTO PCMLEX a licenciada Maria Guiomar Coelho da Cruz, assessora principal, pelo prazo de um ano, renovável, com estatuto remuneratório equiparado a director de serviços.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

9 de Agosto de 2007. — A Directora, *Susana Brito*.

#### Despacho n.º 18 167/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 22.º, n.º 6, da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, delego as competências previstas nas alíneas g) e h)

do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, designadamente as referidas nos n.ºs 4.3, 4.4, 5.2 e 5.4 do despacho normativo n.º 38/2006, de 30 de Junho, no chefe da equipa multidisciplinar diplomas, licenciado José Manuel Bento Ferreira de Almeida, pelo período compreendido entre os dias 13 e 23 de Agosto de 2007.

10 de Agosto de 2007. — A Directora, *Susana Brito*.

### Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

#### Despacho n.º 18 168/2007

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, torna-se necessário proceder à nomeação do cargo de director de serviços do Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação, em regime de substituição, por forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à conclusão do competente procedimento concursal e respectivo provimento do titular do referido cargo de direcção intermédia do 1.º grau. Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º, na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio director de serviços do Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação da Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género o licenciado Manuel Maria Feio Barroso, o qual reúne a experiência profissional adequada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho. A presente nomeação produz efeitos desde 9 de Julho de 2007.

17 de Julho de 2007. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

#### Curriculum vitae

Identificação — Manuel Maria Feio Barroso, nascido a 13 de Janeiro de 1957, natural de Alvíto.

I — Habilitações académicas e profissionais:

Programa de doutoramento em Pedagogia, com *reconhecimento de suficiencia investigadora*, Universidade de Navarra, Pamplona, Espanha, classificação *Sobresaliente* (nota máxima), 1991.

Tesina de doutoramento, sob o título «La comunidad portuguesa residente en España en el contexto migratorio portugués», classificação *Sobresaliente* (nota máxima);

Licenciatura em Filosofia e Ciências da Educação, Secção de Pedagogia, com homologação de estudos feita pelo Ministério da Educação e Ciência de Espanha, 1989;

Curso de estudos superiores especializados em Problemas Graves de Motricidade, Escola Superior de Educação de Lisboa, 1989;

Curso do Magistério Primário. Escola do Magistério Primário de Beja, 1979;

Frequência de curso de licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1982;

Titular do certificado de registo de formador (Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua), nas seguintes áreas e domínios: B03 Educação e Desenvolvimento; B17 — Educação e Valores; B18 — Pedagogia do Desenvolvimento Social Infante-Juvenil; C08 — Pedagogia Experimental; C20 — Investigação — Acção; D02 — Educação Multicultural; D05 — Relações entre Educação e Sociedade.

II — Actividade profissional:

Desde 1 de Setembro de 2004 — Gabinete de Assuntos Europeus e Assuntos Internacionais, Ministério da Educação. Membro da equipa responsável pelo planeamento e acompanhamento generalizado do funcionamento da rede de cursos do EPE (gestão e administração central), pela definição de orientações para a elaboração dos planos de actividade das coordenações de ensino e das redes em cada país e consequente implementação;

Responsável pela delegação do Instituto Camões (ICA) em Vigo, Espanha. Acreditado como vice-cônsul para os Assuntos Culturais (2000-2003);

Leitor de Língua e Cultura Portuguesas, na Universidade de Vigo (Espanha) (2000-2003);

Bolseiro de investigação. Doutoramento em Pedagogia.

Professor auxiliar convidado da licenciatura de Gestão na Universidade Autónoma de Lisboa (1996-1997 — 1998-1999); responsável pela disciplina de Comportamento Organizacional;

Docente nos cursos de estudos superiores especializados/licenciaturas. Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa. (1996-1997 — 1998-1999);

Funções técnico-pedagógicas no âmbito da investigação e inovação educacionais no Instituto de Inovação Educacional (Ministério da Educação), área da formação pessoal e social; apoio à integração das minorias étnico-linguísticas no sistema educativo português;

Docente responsável pelos cursos de Língua e Cultura Portuguesas, no âmbito do Programa ERASMUS, da Faculdade de Direito da Universidade de Navarra (1992-1993 e 1993-1994);

Funções docentes no âmbito do ensino integrado e da educação especial (1982-1987).

Outras actividades:

Presidente do conselho fiscal dos Estudos Gerais Alvitenses — E. G. A., desde 2002;

Membro da equipa de avaliação do Programa Hispano-Luso para a Acção Educativa (1992);

Autor de diversos artigos na área das ciências sociais e humanas.

Áreas de investigação:

O indivíduo, o outro e os processos colectivos: génese e desenvolvimento das identidades pessoal e social e da comunicação humana;

Fundamentos e aplicação de conceitos afins ao processo da acção social e da comunicação humana — percepção, valores, atitudes, construção cultural, espírito das nações, etc.);

Papel das novas tecnologias de informação e comunicação na formação dos comportamentos humanos;

A cidadania e o género;

Teoria cultural e formação da cidadania europeia;

Comportamento organizacional;

Análise quantitativa e qualitativa de dados aplicada à investigação pedagógica e psicossocial.

#### Despacho n.º 18 169/2007

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, torna-se necessário proceder à nomeação da chefia da Divisão de Documentação e Informação, em regime de substituição, por forma a assegurar o normal funcionamento do serviço até à conclusão do competente procedimento concursal e respectivo provimento do titular do referido cargo de direcção intermédia do 2.º grau. Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio chefe da Divisão de Documentação e Informação da Comissão para a Cidadania e para a Igualdade de Género a licenciada Paula Cristina Brito Fernandes, a qual reúne a experiência profissional adequada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae* que é publicado em anexo ao presente despacho. A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

17 de Julho de 2007. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

#### Nota curricular

Paula Cristina Brito Fernandes, nascida em 27 de Janeiro de 1969.  
1 — Licenciada em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em 1992 — no mesmo ano completa, na mesma Faculdade, a secção especializada em Jornalismo.

2 — Curso de formação em Jornalismo da RTP — Radiotelevisão Portuguesa.

Em 25 de Outubro do mesmo ano, após a formação do XIV Governo Constitucional, é convidada pela Ministra para a Igualdade para assegurar as funções de apoio técnico especializado nas áreas de relações públicas e comunicação social.

Em Fevereiro de 2001 integra o quadro da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, onde, desde então, assegura a coordenação da redacção do periódico *Notícias*, colabora na elaboração de campanhas de divulgação da CIDM, co-organiza conferências, seminários e outro tipo de eventos promovidos pela Comissão, bem como operacionaliza a estratégia de comunicação definida. A par destas actividades, é a responsável operacional pelo site da CIDM, bem como a responsável pela construção e manutenção de conteúdos da CIDM no portal do cidadão.

Em 15 de Fevereiro de 1999, a convite da Ministra da Saúde do XIII Governo Constitucional, é nomeada assessora de gabinete [despacho n.º 5745/99 (2.ª série)], onde exerce as funções de assessora de imagem, comunicação e relações públicas do Ministério, até ao fim da legislatura em 25 de Outubro de 1999.

Neste âmbito, tem como principais funções, em articulação com o restante Gabinete de Imprensa, a definição e operacionalização,

em estreita colaboração com a titular da pasta, da estratégia de imagem e comunicação do Ministério e dos dois membros do Governo que o constituem (Ministra e secretário de Estado).

Em Fevereiro de 1992 é admitida no Centro Regional de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil (IPOFG), onde integra o Gabinete Técnico de Recursos Humanos. À data da saída do IPOFG tinha a seu cargo o levantamento de publicações hospitalares (comunicação interna e externa), a nível nacional. Executou vários trabalhos jornalísticos como *freelancer*, tanto para TV, como para a imprensa regional e nacional.

Entre Maio de 1991 e Dezembro de 1992 integrou a redacção dos jornais de fim-de-semana do Canal 2 da RTP, passando, posteriormente, para a equipa de política nacional da mesma estação televisiva.

### Gabinete para os Meios de Comunicação Social

#### Despacho (extracto) n.º 18 170/2007

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2007, de 3 de Maio, e no artigo 1.º da Portaria n.º 662-D/2007, de 31 de Maio, e atenta a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, nomeio, em regime de substituição, para exercer o cargo de direcção intermédia do 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos, ao abrigo do artigo 20.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Ana Maria Teixeira Rijo, assessora do quadro do ex-Instituto da Comunicação Social, que reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica e experiência profissional relevantes no âmbito das atribuições cometidas àquela Divisão.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2007.

26 de Junho de 2007. — A Directora, *Teresa Ribeiro*.

#### Despacho (extracto) n.º 18 171/2007

Por meu despacho de 19 de Julho de 2007, Argentina Mosqueira Pinto, Silvina Maria Cavaleiro Lazarino Moreira, Carlos Vassane Pinheiro, Lúcia Maria Almeida Silva Dias e Maria Teresa da Silva Marques Schneeberger de Ataíde, assistentes administrativos principais da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do ex-Instituto da Comunicação Social, e Maria José Ramos Simões Marques, assistente administrativa especialista da mesma carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, foram nomeados, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas da mesma carreira do quadro de pessoal do ex-Instituto da Comunicação Social, com efeitos à data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Julho de 2007. — O Subdirector, *João Paulo Palha*.

### Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros

#### Despacho n.º 18 172/2007

Os lugares de chefe de repartição do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros são extintos, com efeitos à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2007, de 27 de Abril, sendo as respectivas titulares — Maria Adelina Rodrigues Paiva de Oliveira Mendonça e Maria Luísa Geraldo Teixeira — reclassificadas como técnicas superiores de 1.ª classe, de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 49/99, de 11 de Junho.

23 de Julho de 2007. — O Presidente, *Humberto Jorge Alves Meirinhos*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Despacho n.º 18 173/2007

O Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) é uma instituição integrada na Autoridade Marítima Nacional que desenvolve uma actividade única em prol da sociedade e que no quadro das atribuições do Estado assume a função primordial de salvaguarda da vida humana nos espaços marítimos sob soberania nacional, especificamente nas